



PEC 23: CALOTE NOS TRABALHADORES PARA ALIMENTAR POLÍTICA ELEITOREIRA



Para compreender a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23, em pauta no Senado Federal, chamada de PEC do calote, é preciso entender, antes, a Lei do Teto de Gastos, Emenda Constitucional (EC) 95, que impõe reajustes fiscais à administração pública, limitando gastos públicos por 20 anos a partir de 2017. Ela representa prejuízos aos servidores públicos e à população que precisa dos serviços públicos, enquanto beneficia banqueiros com a manutenção do esquema fraudulento de pagamento das “dívidas” públicas.

Ocorre que o governo Bolsonaro e sua equipe econômica, comandada por Paulo Guedes, beberam do próprio veneno ao se verem obrigados a estourar o teto de gastos. O pretexto do governo é o de que precisará ultrapassar o orçamento para alimentar o programa chamado Auxílio Brasil até o fim do ano eleitoral (2022). No entanto, a PEC 23 dará ao governo R\$ 83 bilhões para gastar a mais em 2022 e apenas R\$ 30 bilhões serão destinados a este Auxílio que excluirá milhões de antigos beneficiários do extinto Bolsa Família. O que se deduz é que o resto deverá ser utilizado por Bolsonaro para fazer a “farra”, comprando apoio no Congresso com verbas para emendas parlamentares.

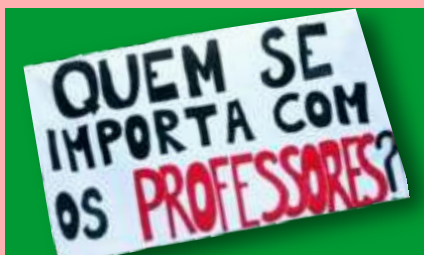
Desde a crise de 2008, o debate sobre a importância do setor público como instrumento para superar as

dificuldades impostas pela recessão se fortaleceu nos chamados países centrais e desenvolvidos. Com a pandemia da Covid-19, o papel do Estado ficou mais evidente e necessário e era inevitável que a EC 95 mostraria sua ineficácia. Porém, no Brasil, Paulo Guedes mantém seus discursos violentos contra o setor público e em favor das privatizações

Assim, ao invés de revogar a cruel e inviável EC 95, que congela as despesas públicas por longos 20 anos, a solução do governo para dar sua gigantesca “pedalada fiscal” foi encaminhar a PEC 23, já aprovada pela Câmara dos Deputados, que permitirá romper o teto de gastos por meio de uma manobra que dará o calote nos precatórios de milhares de trabalhadores aposentados, pensionistas e, inclusive, professores na ativa. Isso sem falar do “jabuti” acrescido no texto da PEC23, que cria um esquema de “Securitização de Créditos Públicos”, e permitirá desvios dos recursos obtidos com os impostos pagos pelos trabalhadores.

O governo Bolsonaro modifica a Constituição para arrancar dos trabalhadores recursos para se manter no poder e levar adiante os planos da burguesia de aumentar suas taxas de lucros. Somente a classe trabalhadora, em luta organizada e unificada, pode barrar essa política de “terra arrasada” que o capital quer nos impor.

DEFASAGENS E CONGELAMENTO DE SALÁRIOS DOCENTES



A medida em que o governo Bolsonaro declara docentes e pesquisadores das Universidades Públicas inimigos, os ataques contra seus direitos se intensificam. A Emenda Constitucional 95 (EC 95), de 2017, que congelou os gastos públicos por 20 anos, foi aprofundada pela Lei Complementar (LC) 173/2020 que, entre outros dispositivos, congelou salários e carreiras dos servidores públicos até dezembro deste ano.

A ausência de reajustes salariais impacta o poder de compra dos profissionais e precariza suas condições de trabalho. Se de um lado não houve sequer reposição inflacionária nos salários, por outro o Estado transferiu para a categoria todas as despesas para a realização do Ensino remoto, por conta da pandemia da COVID 19. Despesas com compra de equipamentos, ampliação da capacidade de internet, custos extras de energia, etc, para transformar a casa em ambiente de trabalho, ficaram sob responsabilidade do docente, gerando uma grande economia para o Estado.

É fundamental que as organizações sindicais que representam a categoria docente do ensino superior levem a bandeira de uma campanha salarial para o próximo período. Junto aos professores da educação básica, é preciso travar uma luta unificada contra a destruição da Educação Pública e por melhores salários e condições de trabalho.

ENFERMAGEM: PISO SALARIAL SEM JORNADA DE 30 HORAS MANTÉM A ESCRAVIDÃO DA CATEGORIA



O Senado aprovou no último dia 24 o projeto substitutivo ao Projeto de Lei 2564/2020, que implementa o piso salarial nacional para os profissionais de enfermagem. O texto aprovado fixa o mínimo inicial para enfermeiros(as) em R\$ 4.750 e é um meio termo entre o projeto original, uma reivindicação da categoria, que instituía o piso em R\$ 7.315 e a emenda que sugeria o valor de R\$ 3.500.

Com a emenda da Senadora Eliziane Gama do Cidadania/MA, que retirou a especificação da jornada de 30 horas do PL, o texto segue para votação na Câmara dos Deputados.

O texto também institui 70% desse valor a técnicos de enfermagem (R\$ 3.325) e 50% para auxiliares de enfermagem e parteiras (R\$ 2.375), grupos que compõe a maioria da categoria.

Além de serem valores baixos, sem a vinculação desses valores a uma jornada específica, o piso não garante o fim da exploração. A reivindicação da categoria, há décadas, é a de um piso salarial justo baseado na jornada máxima de 30 horas semanais.

A aprovação do PL como está manterá as portas abertas para a superexploração de uma categoria castigada pelas péssimas condições de trabalho e desvalorização salarial.

SINTECT-PB SE FILIA À CUT EM ASSEMBLEIA HISTÓRICA DA CATEGORIA



O Sindicato dos Trabalhadores dos Correios da Paraíba – SINTECT-PB, realizou Assembleia Geral, histórica da categoria paraibana, no último dia 19/11, com a presença de trabalhadores de todas as regiões do estado. A categoria optou pela desfiliação do sindicato da antiga central e pela filiação à Central Única dos Trabalhadores da Paraíba – CUT/PB.

Para Robson Silva, Secretário Jurídico da FENTECT e militante da Luta Pelo Socialismo – LPS: “O SINTECT-PB dá um passo importante e a partir daqui terá muito mais trabalho a fazer. Agora é

articular com outras categorias e buscar se fazer ativo dentro da CUT/PB, buscando sempre a unidade na luta para defender a classe trabalhadora”.

A filiação à CUT em um momento importante na luta contra a privatização dos Correios favorecerá a articulação com outras categorias na luta em busca de uma unidade contra as privatizações e os ataques do governo de plantão.

Parabéns ao SINTECT-PB e vamos à luta!